

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2015**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PR003079/2013  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 06/08/2013  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR035661/2013  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46212.009294/2013-73  
**DATA DO PROTOCOLO:** 05/08/2013

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TELEMAGO BORBA - SINCONVERT, CNPJ n. 81.393.142/0001-68, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). OLIMPIO MAINARDES FILHO;

SIND DOS TRAB EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TOLEDO, CNPJ n. 80.878.085/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ ADAO TURMINA;

SIND DOS TRAB E CONDUT EM TRANSP ROD E ANEXOS DE UMUARA, CNPJ n. 80.891.708/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HAILTON GONCALVES;

SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOV DE UNIAO DA VITORIA, CNPJ n. 80.060.635/0001-13, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LOURENCO JOHANN;

SINDICATO DOS TRAB. CONDUTORES DE VEICULOS MOTONETAS, MOTOCICLETAS E SIMILARES DE CURITIBA E REGIAO METROPOLITANA, CNPJ n. 02.914.270/0001-33, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGENOR DA SILVA PEREIRA;

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV DO EST PR, CNPJ n. 81.455.248/0001-49, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EPITACIO ANTONIO DOS SANTOS;

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E ANEXOS DE APUCARANA, CNPJ n. 81.878.845/0001-86, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LAUDECI R PITTA MOURINHO;

SINDICATO C V R T E T C P U M C L I I T CAMPO MOURAO PR, CNPJ n. 84.782.846/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). APARECIDO NOGUEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE CASCAVEL PR, CNPJ n. 77.841.682/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HILMAR ADAMS;

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE DOIS VIZINHOS - SINTRODOV, CNPJ n. 78.687.431/0001-65, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALCIR ANTONIO GANASSINI;

SIND DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE FRANC BELTRAO, CNPJ n. 78.686.888/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSIEL TADEU TELES;

SINDICATO DOS TRAB EM TRANSPORTE RODOV DE GUARAPUAVA, CNPJ n. 80.620.206/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALDEMAR RIBEIRO DO NASCIMENTO;

SINDICATO DOS TRABALH EM TRANSPORTES RODOV DE LONDRINA, CNPJ n. 78.636.222/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO BATISTA DA SILVA;

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA, CNPJ n. 79.147.450/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RONALDO JOSE DA SILVA;

SIND DOS COND DE VEIC ROD E ANEXOS DE PARANAGUA, CNPJ n. 80.295.199/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSIEL VEIGA;

SIND DOS MOTORISTAS, CONDUT. DE VEIC. RODOV URBANOS E EM GERAL, TRAB. TRANSP. ROD. PBCO, CNPJ n. 80.869.894/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ENIO ANTONIO

DA LUZ;

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS EM GERAL E TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PONTA GROSSA , CNPJ n. 80.251.929/0001-22, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DAMAZO DE OLIVEIRA;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 79.049.607/0001-16, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SERGIO PICCINELLI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de junho de 2013 a 31 de maio de 2015 e a data-base da categoria em 1º de junho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente convenção coletiva de trabalho abrange a categoria diferenciada dos condutores de veículos (Motoristas, condutores de Bitrem, Carreta, Truck, Toco, Guincho e veículo equipado com guindauto Caminhonetas e Utilitários, Ônibus e Micro-ônibus e motociclistas) que mantém vínculo empregatício com as indústrias pertencentes a categoria econômica representada pelo Sindicato Patronal SICEPOT – PR, compreendidas no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da CLT, exclusivamente nos municípios representados pelas Entidades Convenentes. Parágrafo primeiro – EXCLUSÕES: Restam excluídos da abrangência do presente instrumento coletivo os Operadores de Máquinas em Geral (Tratores, Motoniveladoras, Guindaste, Pá Carregadeiras, Escavadeiras, Esteiras, Vibrador de Vagões, Perfuratrizes e demais equipamentos automotores destinados a construção no canteiro de obras), bem com restam excluídos da abrangência do presente instrumento os acordos coletivos firmados diretamente com empresas do setor representada pelo SICEPOT - PR e entidades profissionais dos trabalhadores rodoviários, por serem mais específicas. Parágrafo Segundo – As empresas poderão promover a retificação das anotações nas CTPS de seus empregados, dentro do prazo de 60 dias a contar do registro deste instrumento, a fim de deixar bem especificado se a função de motorista a ser exercida por estes é pertinente ao âmbito de representação dos sindicatos aqui convenentes ou ao âmbito de representação do sindicato da categoria profissional preponderante do Sindicato Patronal, observadas as exclusões acima, anotando, neste caso, que a função é de motorista/operador de maquinas em geral, com abrangência territorial em PR.**

### SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

#### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

Ficam estabelecidos os valores mínimos abaixo de piso salarial para as seguintes funções a partir de 01 de junho de 2013:

<b>A</b>	Condutores de carreta, Bitrem e Ônibus	<b>R\$ 1.361,00</b>
<b>B</b>	Condutores de truck e Micro – Ônibus	<b>R\$ 1.243,00</b>
<b>C</b>	Condutores de veículos Toco e Vans, Kombi e similares	<b>R\$ 1.124,00</b>
<b>D</b>	Condutores de veículos utilitários com capacidade de até 4 tonelada e motociclistas	<b>R\$ 1.027,00</b>
<b>E</b>	Condutores de veículos de Passeio	<b>R\$ 1.027,00</b>

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1º de junho de 2012, os salários serão reajustados pelo índice de 10,5% (dez inteiros e cinquenta décimos por cento) a ser aplicado sobre os salários vigentes em 1º de junho de 2011, até o limite de R\$ 8.000,00 e, acima deste limite, serão reajustados pelo índice de 9% (nove por cento), conforme exemplo de cálculo que segue abaixo tomando-se por base um Salário de R\$ 10.000,00 em junho de 2012.

R\$ 8.000,00 x 10,5%	R\$ 840,00
R\$ 2.000,00 x 9%	R\$ 180,00
Soma dos reajustes	R\$ 1.020,00
Salário reajustado com a aplicação dos dois percentuais sobre as bases distintas	R\$ 11.020,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Serão compensáveis todas as antecipações legais e espontâneas havidas no período de 1º de junho de 2012 a 31 de maio de 2013, exceto aumentos decorrentes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção de antiguidade ou merecimento, transferência de cargo e função.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os empregados admitidos após 1º de junho de 2012, terão reajuste proporcional de forma a manter a hierarquia salarial estabelecida pelas empresas à época de sua contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos casos em que não houver paradigma e/ou em que todos os contratos de trabalho forem posteriores a 1º de junho de 2012, o reajuste será calculado proporcionalmente à data de admissão.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na eventualidade de não se aplicar o reajuste no mês de junho/2013 as diferenças salariais decorrentes da correção prevista no *caput* da cláusula deverão ser quitadas junto com o salário de julho/2013.

## DESCONTOS SALARIAIS

### CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS EM FOLHA

Para os efeitos do artigo 462, da CLT, as empresas efetuarão descontos na folha de pagamento, quando expressamente autorizadas pelo empregado, a título de mensalidade de associação, convênios, empréstimos dos convênios MTE/CEF e SINDICATOS PROFISSIONAIS, planos de assistência médica e/ou odontológica, convênios com farmácias, óticas, supermercados e congêneres, dentre outros, além de empréstimos pessoais, em caráter excepcional, para atender emergências, devendo o empregado, em seu pedido, esclarecer a finalidade do empréstimo. Uma vez autorizado o desconto, individualmente ou coletivamente, não mais poderá o empregado pleitear a devolução do mesmo. Outrossim, em todas estas hipóteses o empregado poderá, a qualquer tempo, revogar a autorização, exceto do empréstimo e até a liquidação de eventuais débitos pendentes, a partir de quando, então, o desconto deixará de ser procedido.

### CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS DECORRENTES DE MULTAS DE TRÂNSITO INERENTES À PROFISSÃO

A empresa comunicará ao seu empregado a ocorrência de notificação de infração de trânsito, quando pelo mesmo praticada, no exercício de sua atividade laboral, apresentando-lhe a respectiva notificação e dele

colhendo ciente, a fim de que o mesmo possa solicitar documentos, sempre por escrito e contra recibo, e interpor o recurso, em lei previsto, podendo a empregadora subsidiá-lo a tanto.

**Parágrafo Primeiro:** Na ocorrência de notificação de infração de trânsito, praticada pelo empregado no exercício de suas funções, a empresa providenciará a apresentação do condutor, que deverá firmar o formulário de identificação e fornecer os dados e documentos, na forma estabelecida na legislação.

**Parágrafo Segundo:** Fica autorizado o desconto salarial dos valores decorrentes de multa de trânsito, em uma única vez ou parcelado, após o decurso do prazo à interposição de recurso administrativo pelo empregado, e desde que esta circunstancia tenha sido prevista no contrato de trabalho conforme § 1º do Art 462 da CLT.

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, estando pendente recurso administrativo, fica autorizado o desconto do valor da multa, no documento de rescisão contratual, certo que, em havendo a desconstituição da infração, em sede administrativa ou judicial, ao empregado será devolvido o valor descontado, sendo de sua responsabilidade o pedido de restituição do referido valor junto ao Departamento Pessoal da Empresa.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de suspensão da CNH, situação que impossibilita o exercício da função profissional, o trabalhador deverá comunicar tal situação à empresa que, por seu turno, poderá suspender o contrato de trabalho durante o período necessário à regularização da CNH.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

As empresas que tenham interesse em instituir por meio de acordo coletivo o regime de participação nos lucros e/ou resultados deverão se informar junto às entidades laborais respectivas. O referido acordo deverá ser firmado nos moldes da Lei 10.101/2000, contendo normas claras e objetivas.

### **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

#### **CLÁUSULA OITAVA - ALIMENTAÇÃO E ESTADIA**

Assegura-se aos empregados nas empresas do setor, a percepção da alimentação diária (café, almoço e jantar) subsidiada pela empresa até os limites legais (80% do valor face) além de arcar com a totalidade do custo para pernoite, quando necessário, dentro de parâmetros estabelecidos de forma clara junto ao empregado, quando da sua contratação

**Parágrafo Primeiro:** As empresas que mantiverem refeitórios e dormitórios próprios e convênios com Restaurantes e Dormitórios particulares para o atendimento das obrigações da cláusula 09 e parágrafos, ficam desobrigadas do reembolso.

**Parágrafo Segundo:** Quando o veículo não for equipado com sofá-cama o motorista e terá direito ao pernoite em níveis adequados e ajustados com a empresa conforme caput desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** As despesas referidas na cláusula 09 e parágrafos, não terão natureza salarial.

### **AUXÍLIO TRANSPORTE**

#### **CLÁUSULA NONA - TRANSPORTE DE EMPREGADOS**

As Empresas concederão o vale-transporte a todos os seus trabalhadores, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela lei federal nº 7.418/85, alterada pela lei federal nº 7.619/87 – Decreto nº 95.247 de 17.11.87, mediante desconto dos salários dentro dos limites legais.

**Parágrafo Primeiro:** Caso o transporte seja feito em veículo da empresa ou por serviço terceirizado para este fim, o tempo despendido entre o local onde o empregado tomar o transporte e o local de trabalho e vice-versa, não será computado na jornada de trabalho, tendo-se em vista o conforto e segurança de tal benefício.

**Parágrafo Segundo:** Da mesma forma, quando se tratar de obra itinerante, sendo considerada como tal aquela obra que se espalha pela extensão de um segmento (obra rodoviária), o transporte do funcionário de sua residência até a frente de serviço da obra, seguindo o critério do Parágrafo Primeiro.

**Parágrafo Terceiro:** Os empregados que optarem pelo transporte em veículo próprio, poderão solicitar a substituição do vale-transporte por vale-combustível nos limites do valor que seria suportado pela empresa, caso se utilizasse o transporte público. Este benefício segue a mesma regra do vale-transporte e não caracteriza salário *"in natura"*.

**Parágrafo Quarto:** As empresas poderão descontar o valor do vale transporte ou vale combustível equivalente aos dias de ausência ao serviço, independente da natureza da mesma, desconto que será realizado no salário do mês subsequente.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA - SEGURO DE VIDA/ INDENIZAÇÃO

As empresas garantirão aos seus empregados, por si ou por empresa seguradora, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, independente da forma de contratação destinado à cobertura dos riscos pessoais inerentes às suas atividades, conforme previsto no parágrafo único, art. 2º da Lei 12.619/2012, observadas as seguintes coberturas mínimas:

**I - R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), em caso de Morte do empregado(a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido;

**II - Até R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), em caso de Invalidez Permanente (Total ou Parcial) do empregado(a), causada por acidente, independentemente do local ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as seqüelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente, da invalidez deixada pelo acidente.

**III – Até 30.000,00** (trinta mil reais), em caso de Invalidez Permanente Total por Doença Funcional ou por Doença Adquirida no Exercício Profissional, será pago, ao próprio empregado segurado, 100% (cem por cento) do valor, de forma antecipada do capital segurado básico mínimo exigido pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, mediante declaração médica, em modelo próprio fornecido pela seguradora, assinada pelo médico ou junta médica, responsável (eis) pelo laudo, caracterizando a incapacidade decorrente da Doença Profissional, obedecendo ao seguinte critério de pagamento:

a) Ficando entendido que: a indenização em que o segurado fará jus através da cobertura PAED, somente será devida no caso em que o próprio segurado seja considerado **INVÁLIDO DE FORMA DEFINITIVA E PERMANENTE POR CONSEQUÊNCIA DE DOENÇA PROFISSIONAL**, cuja doença seja caracterizada como **DOENÇA PROFISSIONAL** que o impeça de desenvolver definitivamente suas funções e que pela qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação e desde que a data do início de tratamento e/ou diagnóstico da Doença Profissional caracterizada seja posterior à data de sua inclusão no seguro, e enquanto haver sua permanência contratual na empresa contratante, devidamente comprovada por relação ou proposta de adesão.

b) Desde que efetivamente comprovada e antecipada a indenização de invalidez de Doença Profissional, o segurado será excluído do seguro, em caráter definitivo, não cabendo o direito de nenhuma outra indenização futura ao mesmo segurado, mesmo que este segurado venha desempenhar outras funções na empresa ou em qualquer outra atividade nesta ou outra empresa, no País ou Exterior.

c) Caso não seja comprovada a caracterização da Invalidez adquirida no exercício profissional, o seguro continuará em vigor, observadas as demais condições contratuais.

d) Caso o segurado já tenha recebido indenizações contempladas pelo Benefício PAED, ou outro semelhante, em outra seguradora, fica o mesmo segurado sujeito às condições

desta cláusula, sem direito a qualquer indenização.

**IV - R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), em caso de Morte do Cônjuge do empregado (a) por qualquer causa;

**V - R\$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais), em caso de morte por qualquer causa de cada filho de até 21 (vinte um) anos, limitado a 04 (quatro);

**VI - R\$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais), em favor do empregado quando ocorrer o nascimento de filho(a) portador de Invalidez causada por Doença Congênita, o(a) qual não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e que seja caracterizada por atestado médico até o sexto mês após o dia do seu nascimento;

**VII -** Ocorrendo a morte do empregado(a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido, os beneficiários do seguro deverão receber 50 kg de alimentos básicos e variados;

**VIII -** Ocorrendo a morte do empregado(a) por acidente no exercício de sua profissão, a apólice de Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para os gastos com a realização do sepultamento do mesmo, no valor de até **R\$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais);

**IX -** Ocorrendo a morte do empregado(a) por qualquer causa, a empresa ou empregador receberá uma indenização de até 10% (dez por cento) do capital básico vigente, a título de reembolso das despesas efetivadas para o acerto rescisório trabalhista, devidamente comprovadas; a critério da empresa tal valor poderá ser destinado a favor dos beneficiários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As indenizações, independentemente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida pela Seguradora

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os valores das coberturas mínimas ajustadas nesta cláusula, com valores base junho/2010 sofrerão, anualmente, atualizações pela variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As coberturas e as indenizações por morte e/ou por invalidez, previstas nos incisos I e II do caput desta cláusula, não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Ocorrendo o nascimento de filho do(a) titular do seguro este receberá cesta natalidade contendo produtos específicos para atender as necessidades básicas da beneficiária e seu bebê, desde que o comunicado seja formalizado pela empresa até 30 dias após o parto da funcionária contemplada.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As empresas e/ou empregadores não serão responsabilizadas, sob qualquer forma, solidária ou subsidiariamente, na eventualidade da Seguradora contratada não cumprir com as condições mínimas aqui estabelecidas, salvo quando houver prova de culpa ou dolo.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O custo do seguro conforme previsto na presente cláusula deverá ser integralmente arcado pelas empresas, não cabendo ao funcionário nenhuma participação no custeio desse benefício.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Recomenda-se às empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a adesão à apólice nacional CBIC/PASI, garantindo-se, porém, às mesmas, a escolha de outra seguradora ou de assumir por si própria a responsabilidade pelas indenizações acima discriminadas desde que, tanto em um quanto em outro caso, sejam atendidos todos os critérios tratados nesta cláusula.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - APONTAMENTO DE HORAS

Será válida a anotação de jornada de trabalho normal e extraordinária feita por APONTADOR, desde que o livro ou cartão-ponto, ao final do mês, seja devidamente assinado pelo empregado.

**Parágrafo Primeiro** - Ocorrendo serviço externo excepcional que dificulte o retorno do trabalhador ao local designado pela empresa para o registro do ponto, as partes ajustam e reconhecem a possibilidade da adoção de controle externo, o qual será preenchido de próprio punho pelo trabalhador.

**Parágrafo Segundo** - O controle externo de que trata o parágrafo anterior, se aplica ao cargo de motorista cuja atividade exija deslocamento excepcional no transporte de maquinário ou pessoas.

## COMPENSAÇÃO DE JORNADA

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO DE DISPENSA EM DIAS PONTES E NO FIM DE ANO

As empresas, em comum acordo com seus empregados, poderão liberar o trabalho nos dias ponte entre feriados e finais de semana, bem como, no período de final de ano a partir do dia 20 de dezembro até o final da primeira semana de janeiro de modo a compensá-los com jornada elástica, dentro dos limites legais e, desde que, esta compensação seja comunicada aos empregados com antecedência de 48(quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Primeiro:** As horas de dispensa de que trata o caput da cláusula poderão ser compensadas com o elástico da jornada diária tanto em período anterior quanto em período posterior à dispensa, devendo ser anotada esta situação nos cartões ponto e recibos de pagamento dos empregados.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

Anuem as partes signatárias da presente Convenção Coletiva do Trabalho de que a jornada de trabalho dos empregados representados por este sindicato profissional, a partir da vigência desta Convenção Coletiva, é de 44 horas semanais e de 220 horas mensais, de conformidade com a Lei vigente.

**Parágrafo Primeiro:** O DSR poderá ser programado para qualquer dia da semana, garantindo-se, porém, no mínimo um DSR que coincida com o domingo.

**Parágrafo Segundo:** A jornada semanal de 44 horas poderá ser distribuída de segunda-feira à sexta-feira em cumprimento de jornada diária de 8 horas e, aos sábados, em jornada diária de 4 horas. Poderá ser fixada, ainda, jornada diária de 7h20min, de segunda-feira à sábado.

**Parágrafo Terceiro:** As empresas poderão instituir o regime de compensação do sábado mediante o aumento de horas de trabalho nos demais dias da semana. Por exemplo:

- a) Jornada de segunda à sexta-feira cumprida em regime de 8h45min diários de segunda à sexta-feira; ou
- b) Jornada de 9 horas diárias de segunda a quinta-feira e 8h às sextas-feiras.

**Parágrafo Quarto:** O regime de compensação do sábado não impede o labor de horas extras dentro dos limites legais, nos dias em que ocorrer o elástico de jornada por força da compensação da dispensa de trabalho aos sábados.

**Parágrafo Quinto:** Na eventualidade de ser necessária a convocação para trabalho ao sábado de empregados que cumprem jornada em regime de compensação, as horas laboradas neste dia serão remuneradas com o adicional de horas extras. Fica estabelecido, ainda, que o trabalho exercido aos sábados, desde que em caráter absolutamente eventual (que não exceda de 1 sábado por mês) na média anual do contrato de trabalho, não descaracterizará o regime de compensação do sábado de forma que, em tais casos, não se aplica a súmula 85 do TST.

**Parágrafo Sexto:** Se algum feriado coincidir com o sábado compensado, o empregador poderá optar por dispensar os empregados do cumprimento das horas relativas à compensação ou, pagá-las com o

acréscimo do adicional de horas extras.

**Parágrafo Sétimo:** Excepcionalmente, a jornada de trabalho poderá ser fixada em regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. Neste caso, deve-se assegurar o mínimo de 1 hora de intervalo intra-jornada para refeição e descanso, no entanto, as horas que excederem à oitava continuam sendo consideradas como horas normais, dispensado o adicional de extras tendo-se em consideração que o período de descanso entre uma e outra jornada é muito mais vantajoso que o usufruído nos casos de jornada de 8 horas diárias.

**Parágrafo Oitavo:** Caso seja adotado o regime de 12h (de trabalho) x 36h (de descanso) fica acertado que o DSR já está incluído nos períodos elásticos de descanso podendo recair em dias alternados da semana sem que se dê ensejo ao pagamento de horas extras ainda que haja trabalho aos domingos, ressalvando-se, contudo, o trabalho exercido em dias feriados situação em que se deve efetuar o pagamento das horas laboradas em tais dias, com o adicional de extras. Esta situação contudo, se restringe às horas computadas dentro do dia feriado e não no que eventualmente anteceda ou suceda este dia.

**Parágrafo Nono:** Para algumas frentes de serviço a empresa poderá adotar a prestação de serviços em regime de revezamento, com jornada diária estabelecida em quadro de horário distribuída de forma a contemplar o que trata o caput desta cláusula.

**Parágrafo Décimo:** Os horários de trabalho em regime de revezamento, deverão constar nos respectivos contratos individuais de trabalho e cujas jornadas constarão de quadro de escala de revezamento.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** Sempre que a escala de trabalho coincidir com feriado, as horas laboradas neste dia serão remuneradas com o adicional de horas extras correspondente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRABALHO EM JORNADA EXCEPCIONAL**

Nos casos em que a obra atinja um estágio inadiável, por exigência técnica ou por dispositivos contratuais, as empresas poderão alterar a jornada de trabalho contratada, desde que obedecido o período de descanso entre jornadas na forma preconizada pelo art. 66 da CLT, que estabelece intervalo de onze horas entre uma jornada e outra e obedecidos os seguintes critérios:

1. Acompanhamento de profissionais da área de segurança e saúde no trabalho.
2. A empresa deverá comunicar e justificar através de correspondência encaminhada aos sindicatos convenientes dentro da área de abrangência territorial onde houver a necessidade do serviço, devendo fazê-lo dentro do próprio mês.
3. Serão aceitas as justificativas que comprovem que a não conclusão dos serviços causem transtornos a sociedade, tais como:
  - 3.1 Retirada e transferência de rede elétrica;
  - 3.2 Retirada e transferência de rede de água potável;
  - 3.3 Retirada e transferência de rede de telefonia;
  - 3.4 Retirada e transferência de fibra ótica;
  - 3.5 Retirada e transferência de lógica de sinalização de trânsito;
  - 3.6 Retirada e transferência de rede de esgoto, com destinação do material de contaminação do solo;
  - 3.7 Retirada e transferência de rede de drenagem;
  - 3.8 Atividades de concretagem das obras de arte especiais, como viadutos, pontes, trincheiras e túneis;
  - 3.9 Atividades de intervenção no trânsito com cortes e travessia de vias de acesso;
  - 3.10 Intervenções para atender a logística das concessionárias relacionadas aos serviços acima descritos,



de acordo com os horários previamente comunicado aos consumidores;

- 3.11 Deslocamento e lançamento de vigas nos viadutos, pontes;
- 3.12 Atividades de escavação e retirada do material com abertura de valas que possam causar transtornos aos moradores em horário noturno;
- 3.13 Sinalização, remoção, desvio e liberação em serviços de queda de barreira;
- 3.14 Conclusão de serviços de execução de capa asfáltica em trechos em curva ou que possam oferecer riscos aos usuários da via;
- 3.15 Quando da ocorrência de risco de ruptura de aterros em rodovias e/ou barragens

**Parágrafo Primeiro** – O trabalho exercido para atender ao estágio inadiável, será remunerado com adicional de 60 % (sessenta por cento) sobre a hora normal a contar da 3ª hora exercida além da jornada diária.

**Parágrafo Segundo:** As Horas Extras laboradas dentro dos limites legais serão remuneradas com acréscimo de 50% sobre a hora normal nos dias úteis da semana e, com acréscimo de 100% sobre as horas normais, caso laboradas em dias feriados ou destinados ao DSR caso o descanso não seja programado para o dia mais próximo após o labor extraordinário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - BANCO DE HORAS**

As empresas poderão flexibilizar a jornada de trabalho visando manter o fluxo de atividades em períodos de flutuação do volume de produção, através de um sistema de débito e crédito de horas, formando um banco de horas.

**Parágrafo Primeiro:** A opção por tal sistemática, deverá ser formalizada mediante instrumento de ratificação a ser assinado pela empresa interessada em conjunto com os sindicatos laboral e patronal, nos termos desta Convenção, para que os empregados possam aderir ao mesmo.

**Parágrafo Segundo:** A aplicação da flexibilização de jornada observará as seguintes condições:

1. Ao final de cada mês, a empresa afixará no quadro de avisos o demonstrativo do saldo de cada empregado, assinalando o seu débito/crédito de horas.
2. O saldo crédito/débito do empregado no banco de horas poderá ser acertado da seguinte forma:
  - I – quanto ao saldo credor:
    - a) Com a redução da jornada diária;
    - b) Com a supressão do trabalho em dias da semana;
    - c) Mediante folgas adicionais;
    - d) Através do prolongamento das férias;
  - II – quanto ao saldo devedor pela prorrogação da jornada diária inclusive aos sábados;
3. Ao final de cada quadrimestre ocorrerá o zeramento do banco de horas, ou seja, havendo débito, este será assumido pela Empresa e, havendo crédito, será este remunerado na forma da Convenção Coletiva de Trabalho, juntamente com os salários do mês subsequente ao do encerramento do quadrimestre.

**Parágrafo Terceiro:** A programação de trabalho ou a determinação de descanso, destinado à posterior reposição com trabalho extraordinário, deverá ser antecedida de aviso prévio de, no mínimo, 02 (dois) dias.

**Parágrafo Quarto:** Por ocasião de convocações para o atendimento de demanda extra, os funcionários com saldo de horas negativo terão a obrigatoriedade de comparecer no dia estabelecido, sendo que, em caso de falta injustificada, haverá o desconto efetivo dessas horas no salário do mês da ocorrência;

**Parágrafo Quinto:** Os empregados que vierem a ser admitidos após a celebração do respectivo Acordo

Coletivo de Trabalho, terão adesão automática ao mesmo, mediante assinatura em instrumento específico;

**Parágrafo Sexto:** No caso de rescisão contratual, por qualquer motivo, a Empresa efetuará o zeramento do banco de horas, em conformidade com o disposto no item 2, retro.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LIMPEZA DOS VEÍCULOS**

Os motoristas ficam desobrigados de qualquer serviço de limpeza **externa** do veículo da empregadora, sendo que no caso **interno** do veículo, os mesmos ficam obrigados a limpeza, por se tratar de ambiente do seu trabalho, e conservação do mesmo. Quando da necessidade de locomoção do veículo para limpeza **externa** o motorista fica obrigado à condução do veículo até o local indicado pelo empregador.

## **RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL**

Todos os trabalhadores beneficiados por este instrumento normativo, aprovado mediante autorização da assembléia geral extraordinária da entidade profissional, contribuirão com valor mensal a título de Contribuição Assistencial, nos termos do artigo 8º, II, da Constituição Federal, Artigo 513 da CLT, “e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias”, MEMO CIRCULAR SRT/MTE Nº 04 DE 20/01/2006 e na conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal, a seguir transcrita: “Sentença Normativa – Cláusula relativa à Contribuição Assistencial - A turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição sindical imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em Convenção Coletiva de Trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição” (RE 189.960-SP – Relator Ministro Marco Aurélio – acórdão publicado no Diário da justiça da União, em 07/11/2000).

**Parágrafo Primeiro:** Diante da manifestação do Supremo Tribunal Federal e nos termos do artigo 8º, II, da Constituição Federal, do Art. 513 da CLT, “e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias”, MEMO CIRCULAR SRT/MTE Nº 04 DE 20/01/2006 os sindicatos convenientes poderão promover a cobrança das suas contribuições através de boleto bancário encaminhado individualmente para cada trabalhador por eles representados, ou mediante desconto em conta corrente, com autorização prévia dos mesmos.

**Parágrafo Segundo:** Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da MEMO CIRCULAR SERET/M.T.E nº 4 de 20 de janeiro de 2006, a seguir transcrita: “Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato, carta escrita de próprio punho no prazo de 10 dias após o primeiro desconto, após o depósito do instrumento normativo de trabalho na superintendência regional do trabalho e emprego no estado o Paraná, e divulgação do referido instrumento pelo sindicato profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, essa poderá ser remetida pelo correio, com aviso de recebimento”.

**Parágrafo Terceiro:** As informações necessárias para que as entidades emitam os boletos serão disponibilizadas pelas empresas através do CAGED e/ou relação com os dados cadastrais de seus empregados. Fica estabelecido, ainda, que as empresas deverão permitir acesso aos sindicatos convenientes para que possam divulgar os trabalhos em prol de seus representados e a necessidade do recolhimento de tais contribuições.

**Parágrafo Quarto:** Quaisquer divergências, esclarecimentos ou dúvidas deverão ser tratados diretamente com o sindicato profissional, que assume toda e qualquer responsabilidade em relação à cláusula.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REVERSÃO EMPREGADOR**

As empresas representadas pelo SICEPOT/PR recolherão ao mesmo uma contribuição complementar e necessária a manutenção das atividades sindicais, proporcional ao capital social da empresa em 31 de maio de 2013, conforme a tabela abaixo:

FAIXA	CLASSE DE CAPITAL	Contribuição Valor total	Valor Em 11 Parcelas
01	até 15.000,00	720,00	65,45
02	De 15.000,01 a 60.000,00	960,00	87,27
03	De 60.000,01 a 180.000,00	1.320,00	120,00
04	De 180.000,01 a 500.000,00	1.740,00	158,18
05	De 500.000,01 a 1.000.000,00	2.220,00	201,82
06	De 1.000.000,01 a 1.800.000,00	2.820,00	256,36
07	De 1.800.000,01 a 3.000.000,00	3.600,00	327,27
08	De 3.000.000,01 a 5.000.000,00	4.560,00	414,55
09	De 5.000.000,01 a 8.000.000,00	5.460,00	496,36
10	Acima de 8.000.000,00	6.360,00	578,18

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A contribuição acima referenciada poderá ser recolhida em uma única vez, até 30 de julho de 2013, com desconto de 15% (quinze por cento) ou em 11 (onze) parcelas iguais, iniciando-se o pagamento da primeira parcela em 30 de julho de 2013, e as seguintes no último dia de cada mês subsequente em qualquer agência da Caixa Econômica Federal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os sócios que se encontrarem em dia com suas contribuições farão jus a uma bonificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor para pagamento a vista e 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor para pagamento parcelado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O atraso no recolhimento da contribuição na data aprezada acarretará, ao devedor, a atualização da mesma de acordo com a variação da TR, sem prejuízo da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido, mais 1% (um por cento) de juros de mora ao mês.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTENCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Conforme autoriza a emenda nº 4 (quatro), baixada pelo secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Portaria número 01 de 22 de março de 2002, fica estabelecido que a competência para efetuar as homologações das rescisões de contrato de trabalho é exclusiva dos sindicatos signatários da presente convenção coletiva de trabalho, em suas sedes e sub-sedes, desde que existente no respectivo município

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - ASSEMBLÉIAS GERAIS DE EMPREGADOS

As assembleias agendadas pelas entidades sindicais laborais deverão ser realizadas em local diverso da prestação dos serviços, sendo garantido pela empresa empregadora a ampla divulgação da mesma aos trabalhadores.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

## REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em 1º de junho de 2013 e findando em 31 de maio de 2015, exceto a cláusula que trata da correção salarial e pisos profissionais a qual deverá ser objeto de negociação na data base de 1º de junho de 2014.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PROCESSO DE PRORROGAÇÃO E REVISÃO

Os entendimentos com vistas à efetivação de nova Convenção Coletiva de Trabalho, para o período de 01 de junho de 2015 a 31 de maio de 2016, deverão ser iniciados 60 (sessenta) dias antes de término da vigência desta norma coletiva. A validade das cláusulas aqui convencionadas está adstrita ao prazo de vigência deste Instrumento e não se incorpora definitivamente no arcabouço legal do contrato de trabalho vez que todas podem ser objeto de revisão, oportunidade em que poderão ser mantidas, implementadas ou suprimidas, conforme a vontade das partes.

## APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CATEGORIA ABRANGIDA E EXCLUSÕES

A presente convenção coletiva de trabalho abrange a categoria diferenciada dos condutores de veículos (Motoristas, condutores de Bitrem, Carreta, Truck, Toco, Guincho e veículo equipado com guindauto Caminhonetas e Utilitários, Ônibus e Micro-ônibus e motociclistas) que mantém vínculo empregatício com as indústrias pertencentes a categoria econômica representada pelo Sindicato Patronal **SICEPOT – PR**, compreendidas no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da CLT, exclusivamente nos municípios representados pelas Entidades Convenentes.

**Parágrafo primeiro – EXCLUSÕES:** Restam excluídos da abrangência do presente instrumento coletivo os Operadores de Máquinas em Geral (Tratores, Motoniveladoras, Guindaste, Pá Carregadeiras, Escavadeiras, Esteiras, Vibrador de Vagões, Perfuratrizes e demais equipamentos automotores destinados a construção no canteiro de obras), bem com restam excluídos da abrangência do presente instrumento os acordos coletivos firmados diretamente com empresas do setor representada pelo **SICEPOT - PR** e entidades profissionais dos trabalhadores rodoviários, por serem mais específicas.

**Parágrafo Segundo –** As empresas poderão promover a retificação das anotações nas CTPS de seus empregados, dentro do prazo de 60 dias a contar do registro deste instrumento, a fim de deixar bem especificado se a função de motorista a ser exercida por estes é pertinente ao âmbito de representação dos sindicatos aqui convenentes ou ao âmbito de representação do sindicato da categoria profissional preponderante do Sindicato Patronal, observadas as exclusões acima, anotando, neste caso, que a função é de motorista/operador de maquinas em geral.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BASE TERRITORIAL DA ENTIDADE DOS TRABALHADORES

Compreende a categoria profissional dos trabalhadores em transportes rodoviários, categoria diferenciada, (Motoristas, condutores de Bitrem, Carreta, Truck, Toco, Caminhonetas e Utilitários, Ônibus e Micro-ônibus, motociclistas e ajudantes de motoristas) representados pelas entidades convenentes, em todos os municípios de sua base territorial conforme carta e registro Sindical.

**Parágrafo Único:** os municípios já criados e os novos municípios que oficialmente forem criados em função de desmembramento de outro município até então pertencente às bases territoriais das Entidades Profissionais acima mencionadas, nelas se compreendem.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - NORMAS MAIS VANTAJOSAS

Fica assegurada a extensão de normas mais vantajosas e outros benefícios implementados pelas empresas aos trabalhadores representados pelos sindicatos aqui convenentes. Esta extensão, contudo, está restrita às vantagens e benefícios que sejam garantidos à maioria dos empregados na área de produção.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO**

O foro competente para apreciar qualquer reclamação trabalhista oriunda da presente Convenção Coletiva de Trabalho será a Vara de Trabalho da localidade onde o empregado prestar seus serviços ao empregador

**EPITACIO ANTONIO DOS SANTOS  
PRESIDENTE  
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV DO EST PR**

**OLIMPIO MAINARDES FILHO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS URBANOS E EM  
GERAL, TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TELEMAGO BORBA - SINCONVERT**

**LUIZ ADAO TURMINA  
PRESIDENTE  
SIND DOS TRAB EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE TOLEDO**

**HAILTON GONCALVES  
PRESIDENTE  
SIND DOS TRAB E CONDUT EM TRANSP ROD E ANEXOS DE UMUARA**

**LOURENCO JOHANN  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOV DE UNIAO DA VITORIA**

**AGENOR DA SILVA PEREIRA  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS TRAB. CONDUTORES DE VEICULOS MOTONETAS, MOTOCICLETAS E SIMILARES DE CURITIBA E  
REGIAO METROPOLITANA**

**SERGIO PICCINELLI  
PRESIDENTE  
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA DO ESTADO DO PARANA**

**LAUDECIR PITTA MOURINHO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E ANEXOS DE APUCARANA**

**APARECIDO NOGUEIRA DA SILVA  
PRESIDENTE  
SINDICATO C V R T E T C P U M C L I I T CAMPO MOURAO PR**

**HILMAR ADAMS**

**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE CASCAVEL PR**

**ALCIR ANTONIO GANASSINI**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS URBANOS E EM GERAL,**  
**TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE DOIS VIZINHOS - SINTRODOV**

**JOSIEL TADEU TELES**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS TRAB EM TRANSP RODOVIARIOS DE FRANC BELTRAO**

**VALDEMAR RIBEIRO DO NASCIMENTO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS TRAB EM TRANSPORTE RODOV DE GUARAPUAVA**

**JOAO BATISTA DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS TRABALH EM TRANSPORTES RODOV DE LONDRINA**

**RONALDO JOSE DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS**  
**DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA**

**JOSIEL VEIGA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS COND DE VEIC ROD E ANEXOS DE PARANAGUA**

**ENIO ANTONIO DA LUZ**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS MOTORISTAS, CONDUT. DE VEIC. RODOV URBANOS E EM GERAL, TRAB.TRANS. ROD. PBCO**

**DAMAZO DE OLIVEIRA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS EM GERAL E TRABALHADORES EM**  
**TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PONTA GROSSA**